

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MIRACEMA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**EDIÂNINY FREIRE DOS SANTOS**

**HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NA OBRA DE  
KABENGELE MUNANGA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NOS ANOS  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2018**

EDIÂNINY FREIRE DOS SANTOS

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NA OBRA DE  
KABENGELE MUNANGA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NOS ANOS  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins- UFT, campus Universitário de Miracema, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciatura plena em Pedagogia, sob a orientação do professor Dr<sup>o</sup> Francisco Gonçalves Filho.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S237h Santos, Ediãiny Freire dos.  
História e cultura africana e afrobrasileira na obra de Kabengele Munanga: aproximações e distanciamentos nos anos iniciais do ensino fundamental. / Ediãiny Freire dos Santos. – Miracema, TO, 2018.  
51 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2018.  
Orientador: Francisco Gonçalves Filho  
1. História e cultura africana. 2. História afrobrasileira. 3. Kabengele Munanga. 4. História do continente africano. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

EDIÂNINY FREIRE DOS SANTOS

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NA OBRA DE  
KABENGELE MUNANGA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NOS ANOS  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

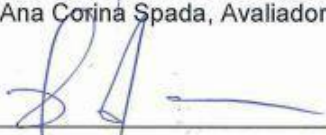
Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins- UFT, campus Universitário de Miracema, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciatura plena em Pedagogia, sob a orientação do professor Drº Francisco Gonçalves Filho.

Data de apresentação: 18/04/2018

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, Orientador, UFT.

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Ana Corina Spada, Avaliadora, UFT.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, Avaliador, UFT.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Rafael Leal Matos, Avaliador, UFT.

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Brigitte Ursula Stach Haertel, Avaliadora (Suplente), UFT.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Deus eterno, a quem consagro tudo o que sou e que em gratos louvores faz superabundar o meu coração, pela oportunidade de galgar mais este degrau do conhecimento.

A memória do meu avô paterno, José Alves dos Santos, que sempre acreditou em minha capacidade e sempre contribuiu com afeto, e apoio para a realização deste trabalho e que atribui à figura de pai.

A Silvia dando-me força e me ajudando a seguir em frente, sou-lhe muito grata, pelos momentos em que teve paciência de me ouvir.

Ao meu pai e minha mãe que me deram a vida e me ensinaram a viver com dignidade, sendo iluminada em minha vida com afeto e dedicação para que eu caminhe sem medo e cheio de esperança.

Ao meu infundável companheiro, marido, e meu amor Geovanny Oliveira a quem devo uma eterna gratidão, de quem me foi dado o maior apoio. Sempre juntos lutando para realizar meu propósito e um sonho de progressão acadêmica. Te amo!

Aos amigos de Miracema (TO) – que em todo momento confirmavam ser possível a realização deste trabalho sendo eles: Rhowtembergs Alves, Jucilene Bezerra, Patrícia Gomes, Neurivan Romeiro. À turma de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema (2012-2016), cujas vivências no Estágio Supervisionado em Docência inspiraram a proposta de pesquisa que culminou com esta produção acadêmica.

A minha amiga verdadeira Luana Soares, sendo ela muito sincera, é diamante raro e de inestimável valor, é um tesouro que apenas alguns têm o privilégio de usufruir, sendo que eu e você, amiga, somos duas dessas pessoas privilegiadas. Você é muito especial na minha vida, minha querida amiga, e é por isso mesmo que hoje eu quero lhe agradecer por tudo, pois tenho a certeza que sem você na minha vida, ela ficaria fatalmente empobrecida e triste. Devo a você uma profunda gratidão por ter me apoiado a não desistir do curso. Eu te amo!

A minha amiga verdadeira Thatyanna Furtado, sendo ela também um diamante raro e de inestimável valor, então obrigada, minha querida, por todas as dificuldades superadas em conjunto; por todo o apoio que de você nunca me faltou. Obrigada por todos os risos compartilhados; por todas as lágrimas divididas. Obrigada por todas as confidências e inconfidências; obrigada por todas as

aventuras pelo qual passamos juntas. Obrigada, minha amiga, por existir, por ser como é e por fazer parte da minha vida! Eu te amo!

## RESUMO

O estudo focou alguns dos elementos da história e cultura da África, a partir da obra de Kabengele Munanga. Ao destacar elementos importantes da história e cultura africana na obra deste autor africano, procurou-se as aproximações e distanciamentos destes conteúdos com os conteúdos e abordagens no ensino da Escola Municipal de Tempo Integral Antônio Uchôa Viana, no Município de Miranorte, Tocantins. Isso foi feito através de um levantamento de dados a respeito da temática da história, cultura africana e afro-brasileira nos livros didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como dos planos de aula e do projeto político pedagógico da escola. À metodologia utilizada analisou os aspectos étnicos raciais de cinco livros didáticos do primeiro, segundo e quarto ano, da Escola Municipal Antônio Uchôa Viana, sendo eles das disciplinas de História, Língua Portuguesa, Ciências e Matemática. No que diz respeito às imagens encontradas nos livros, verificou-se uma maioria voltada para a imagem do branco. A abordagem direcionada ao continente africano permaneceu na ficção das informações, pois salientou que o continente africano, economicamente falando, é considerado como o continente mais pobre do mundo, apesar de ter uma superabundância em riquezas naturais, culturais e étnicas. Assim, no conjunto, tanto dos livros didáticos quanto das ações pedagógicas não se verifica um cumprimento das orientações das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que cobram das instituições e também dos profissionais de ensino, uma abordagem curricular que considere a origem da comunidade e do próprio estudante brasileiro, que, em sua maioria populacional, são formados de afro-brasileiros. Desse modo, no que se refere à construção da identidade do negro, o presente trabalho veio demonstrar a importância de se trabalhar questões étnicos raciais desde os anos iniciais do ensino, fazendo cumprir os marcos legais citados acima.

**Palavras-Chave:** História. Étnico-Racial. Leis 10.639/03 e 11.645/08. Livros Didáticos. África.

## ABSTRACT

The study focused on some of the elements of Africa's history and culture, from the work of Kabengele Munanga. By highlighting important elements of African history and culture in the work of this African author, we sought approximations and distances of these contents with the contents and approaches in the teaching of the Municipal School of Integral Time Antônio Uchôa Viana, in the Municipality of Miranorte Tocantins. Through a data collection about the history, African and Afro - Brazilian culture in the textbooks of the initial years of elementary school, as well as the lesson plans and the school 's pedagogical political project. Regarding the construction of the identity of the black, the present work demonstrated the importance of working racial ethnic issues from the earliest years of teaching, having as legal framework Laws 10.639 / 03 and 11.645 / 08. The methodology used analyzed the ethnic racial aspects of five first, second and fourth year textbooks of the Antônio Uchôa Viana Municipal School, including the subjects of History, Portuguese Language, Science and Mathematics. As for the images found in the books, there was a majority focused on the image of the white, the approach directed to the African continent remained in the fiction of the information, because it emphasized that the African continent, economically speaking, is considered as the continent more poor in the world, despite having an overabundance in natural, cultural and ethnic riches. Thus, both textbooks and pedagogical actions do not comply with the guidelines of Law 10.639 / 03, which charges from institutions and also from teaching professionals a curricular approach that considers the origin of the community and the student Brazilian population, which, for the most part, are made up of Afro-Brazilians.

**Keywords:** History. Ethnic-Racial. Laws 10.639 / 03 and 11.645 / 08. Didactic books. África.



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Capoeira .....	27
Imagem 2: Candomblé .....	28
Imagem 3: Culinária Afro-brasileira .....	28
Imagem 4: Divisões territoriais (naturais) .....	29
Imagem 5: Países Africanos.....	30
Imagem 6- Navio Negreiro e/ou Tumbeiro. ....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Livros didáticos do 1° ano .....	38
Tabela 2- Livros didáticos do 4° ano .....	39
Tabela 3- Livros didáticos do 4° ano .....	42
Tabela 4- Livros didáticos do 2° ano .....	43

## SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS .....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
1 INTRODUÇÃO .....	11
2 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PELA OPRESSÃO CAPITALISTA ESCRAVOCRATA .....	15
3 DO RACISMO CAMUFLADO AO RACISMO INSTITUCIONAL: O ENFRENTAMENTO POR AÇÕES AFIRMATIVAS. ....	20
4 POR UMA OUTRA HISTÓRIA DA ÁFRICA: A CONTRIBUIÇÃO DE KABENGELE MUNANGA. ....	25
5 A HISTÓRIA DO CONTINENTE AFRICANO COMO CONTEÚDO CURRICULAR: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTÔNIO UCHÔA VIANA. ....	33
5.1 Livros didáticos, planos de aula e Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana no município de Miranorte-TO: uma aproximação etnico racial. ....	37
5.2 Verificações dos planos de aula dos professores .....	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
REFERÊNCIAS.....	50

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é realizar algumas reflexões a partir de uma experiência de estudo sobre educação e cultura africana e afro-brasileira, bem como de uma investigação na Escola do Município de Miranorte-TO. Procuramos compreender a importância da educação escolar brasileira, desenvolvendo um ensino que considere temáticas relativas à História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, especialmente na primeira fase do ensino fundamental, espaço de atuação do pedagogo.

Esse foi, justamente, o objetivo da Lei 10.639/03, e também da Lei 11.645/08 sancionada pelo Ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva no início e no final de seus mandatos presidenciais; mais do que uma iniciativa governamental e do Estado, esse marco legal reflete uma vitória do movimento negro na luta contra o racismo, a discriminação e o preconceito racial.

Discutir as relações étnico-raciais que construíram e constroem esse país, logo, deveria ser uma obrigação de todos os cidadãos, não importando sua origem ou etnia. São esforços que não apenas se somam na luta contra o racismo, como também na consolidação da democracia, da promoção da cidadania e na luta pela igualdade social e racial. A escola é um local privilegiado para a construção de conhecimentos e, portanto, expressa as demandas do movimento negro, dado o processo incompleto da abolição da escravidão em 1888 e a ausência de políticas públicas efetivas para a superação das desigualdades sociais e étnico raciais.

Essa é a intenção da Lei 10.639/03, que posteriormente foi complementada pela Lei 11.645/08, para incluir também a questão indígena. O que a sociedade, então, ganharia com a inclusão de um debate profundo sobre história africana e cultura afro-brasileira? Conhecer a história mundial é essencial para entender o que é o Brasil no contexto das relações globais. Porém, da forma como é tratada hoje, o que se convencionou chamar de História Geral é basicamente uma narrativa européia ou, no máximo, euro-americana (do Norte).

Nem a América Latina, nosso próprio continente, é adequadamente discutida nos currículos escolares, quanto mais um país e um continente que foi colonizado, explorado, relegado a uma imagem estereotipada, folclorizada e pejorativa como o Brasil (país) e a África (continente com aproximadamente 56 países).

Além disso, compreender a África desfaz a noção primária ou preconceituosa da maioria das pessoas de que, naquele continente (do qual não sabemos sequer os nomes dos seus países), só existe miséria, fome, doenças endêmicas, guerras “tribais” e atraso. A riqueza cultural, étnica, linguística, artística, intelectual, bem como as nuances de uma história tão complexa são deixados de lado.

A África tornou-se o “bode expiatório” de nossa cegueira internacional, a nossa ignorância orgulhosamente ostentada em preconceitos. Nesse sentido, já passou da hora de olhar a história mundial com outros olhos, até para entender nossa situação presente com maior cuidado e atenção.

Por essas e outras, uma perspectiva mais refinada da história africana e da cultura afro-brasileira, ambos os presentes em praticamente tudo que compõe essa nação, é um importante passo na educação para as relações étnico-raciais.

É válido salientar que muitos temas pertencentes a essa discussão já estão dentro escola. A prática da capoeira, do samba ou do hip hop, das religiões de matriz africana como umbanda ou candomblé, a estética negra, exemplos de negros em posições de sucesso, comentários sobre o 20 de novembro<sup>1</sup>, entre outras, são elementos que muito provavelmente surgem com alguma recorrência nas escolas, afirmando nossas relações afro-brasileiras e também negando-as, na maioria das vezes. Eles podem ser utilizados como trampolins para aprofundarmos as temáticas, além de partirem da vivência das próprias crianças e jovens. Cultura afro-brasileira, portanto, não se trata de um tema alienígena nas escolas. Ele já está presente, esperando para ser abordado, problematizado em nossas reflexões e ações.

Assim, a importância de se promover e ensinar relações étnico-raciais, não apenas visando a atender às demandas de um segmento, por sua vez significativo da população, senão com o objetivo de promover, aos poucos, uma alternativa à forma como a própria sociedade se enxerga. Valorizar a cultura afro-brasileira como um componente nacional, estudar a história mundial com um olhar menos eurocêntrico, compreender as lutas do movimento negro pela igualdade social e racial no país, bem como pela superação do racismo, são etapas dessa transformação.

---

<sup>1</sup> Foi nesse dia, no ano de 1695, que morreu Zumbi dos Palmares. Este foi à liderança mais conhecida do chamado Quilombo dos Palmares, que se localizava na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas. A fama e o símbolo de resistência e força contra a escravidão mostrado pelos palmarinos fizeram com que a data da morte de Zumbi fosse escolhida pelo movimento negro brasileiro para representar o Dia da Consciência Negra. A data foi estabelecida pela Lei 12.519/2011.

Este estudo organizado foi organizado em quatro itens.

No item I trata da formação da sociedade brasileira, fruto da exploração capitalista com a escravização de povos africanos e indígenas neste processo histórico ocorrido em nossa história colonial e imperial (de 1500 a 1888); os negros e os indígenas foram colocados em segundo plano, mesmo após a abolição em 1888 e a Constituição da República em 1889, ou seja, preconceitos acumulados durante o período escravista e colonial que pavimentou a historiografia oficial e persiste até hoje.

No item II é frisada a realidade de um racismo na história no Brasil, onde é sustentada aquela imagem de um país cordial, sendo mascarado pela sociedade onde a existência do preconceito racial manifesta-se no cotidiano social. São notórias as visíveis desigualdades oferecidas aos negros, e indígenas, uma preservação do mito de que o Brasil é um paraíso racial onde não há exploração, alienação, discriminação e racismo. No entanto, o outro, o “diferente” está inserido de maneira desigual, que tem prejuízos, direitos fundamentais negados, etc.

No item III tratamos das contribuições de Kabengele Munanga para o nosso entendimento sobre a história da África e de suas influências no Brasil contemporâneo. O livro adotado é denominado de - *Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações* (2009). Ao estudar a obra, verificamos outra história da África sendo valorizada, de forma que dá sentido às nossas origens. A ideia é entender de fato que se precisa fazer uma desconstrução dessa repulsa estereotipada que temos aos povos africanos e suas culturas e entender a origem de nossa ascendência. Nesse sentido, tentar compreender a história da África não é apenas procurar conhecer a “História”, “Línguas”, “Culturas” e “Civilizações”, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos. Pois, constatamos que muito pouco foi feito para conhecermos a história da África. O resultado disso é a deformação da história da África nas escolas, nos jornais, na televisão, enfim na sociedade brasileira.

No item IV apresenta uma pesquisa bibliográfica realizada na escola Municipal Antônio Uchôa Viana do Município de Miranorte-TO, com o intuito de demonstrar a importância dos conteúdos voltados a questão étnico racial e também as formas como são apresentados nos livros didáticos, bem como sua influência no aprendizado e na construção da consciência étnico racial do aluno, e se estão sendo cumpridas as exigências das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Em linhas gerais, os resultados obtidos demonstram insuficiência curricular, pois se os livros didáticos da Escola Municipal Antônio Uchôa Viana aborda em parte o processo de construção da consciência étnico racial, nossa perspectiva seria de ter encontrado não somente os livros didáticos, mas também os planos de aula dos professores da Escola, pois pelo que foi levantado na pesquisa, pode-se afirmar que as questões étnicas- raciais não estão sendo trabalhadas de forma significativa, curricular no dia-a-dia dos alunos, professores, comunidade, etc.

## **2 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PELA OPRESSÃO CAPITALISTA ESCRAVOCRATA**

A história do negro no Brasil se confunde com a própria formação da nação brasileira, pois acompanha sua dinâmica evolução histórica e social. De 1750 a 1820, era grande o fluxo de africanos traficados, isto é, importados à força para o Brasil. Embora não se pudesse afirmar com exatidão a quantidade de africanos trazidos ao país pelo tráfico negreiro, os historiadores apontavam estimativas de suas entradas, com o propósito de estabelecer uma tendência de se diminuir esses números em prol do “branqueamento da população”.

Nota-se neste ponto, uma atitude racista e desumana. Queriam a diminuição do contrabando humano, porém na real verdade, não estavam preocupados com as condições humilhantes e totalmente inaceitáveis que esses cidadãos estavam, mas sim preocupados com a visão que o povo brasileiro passaria para o exterior: população predominantemente negra, o que significava para a ideologia hegemônica e racista um país fraco, de pouca inteligência, pouca moral. População branca, país forte, nação em desenvolvimento rumando ao progresso. Identificar linhas de raciocínio como essa nos primórdios da formação da sociedade brasileira comumente pode causar espanto e perplexidade a alguns, mas não para aquelas pessoas que não ficam à sombra da pura e simples reprodução de discursos alienados.

Esse processo se iniciou com a consolidação da economia da cana-de-açúcar no Brasil colonial. Os portugueses precisavam de mão de obra para trabalhar nas lavouras e nos trabalhos com a cana-de-açúcar para as exportações. Com isso, intensificou-se o tráfico de africanos, principalmente para o nordeste do Brasil, onde se concentrou um tipo de agroindústria para o cultivo da cana-de-açúcar. Não foi somente este o motivo para a entrada de elevados números de africanos na Colônia, pois por ordem do Rei de Portugal, os brancos precisavam de pessoas na condição de escravos para terem direito a terras; terras essas, dos nativos (indígenas), que aqui se encontravam aos milhares.

Desta forma, traficavam um grande número de africanos para o Brasil, aumentando demograficamente o número de habitantes. De acordo com Moura (1992), nos estudos censitários:



Para avaliarmos o crescimento da colônia com essa entrada permanente de africanos basta dizer que em 1586 as estimativas davam uma população de cerca de 57.000 habitantes – e deste total 25.000 eram brancos, 18.000 índios e 14.000 negros. Segundo cálculo de Santa Apolônia, em 1798, para uma população de 3.250.000 habitantes havia um total de 1.582.000 escravos, dos quais 221.000 pardos e 1.361.000 negros, sem contarmos os negros libertos, que ascendiam a 406.000. (MOURA, 1992, p. 8 e 9).

Analisando a afirmação de Moura (1992), é possível dizer que todo o desenvolvimento que o capitalismo trouxe para o Brasil está primordialmente ligado aos lucros do período escravista. Pois as grandes “famílias”, os mais ricos, tinham alcançado este status através dos braços dos africanos e seus descendentes.

Sendo mais objetivos e, de certa forma, atrevidos, dizemos que, o Brasil é resultado sim da força africana. Tanto o homem como a mulher brasileira vão à luta, não se escondem atrás de estereótipos e de preconceitos que muitas vezes reproduzem e não entendem. O povo brasileiro é o negro, é o índio é o descendente europeu branco. Somos um povo miscigenado, e não uma parte exclusiva de brancos europeus.

O negro e a negra construíram e constroem o Brasil com sua inteligência, com sua religião, com o trabalho braçal, com suor, sangue e não querem ser tratados de forma preconceituosa, discriminatória, e/ou racista. O sentimento que nutrem é de igualdade, respeito e oportunidade. Os negros (as) podem ser médicos, âncoras de jornais televisivos, presidentes da República, pois tem capacidade para tudo isso como as outras pessoas não negras. Porém, esbarram em um obstáculo que, no Brasil, perdura por mais de 500 anos: o preconceito racial que foi intensificado no período da escravidão.

No contexto de resistência à escravidão vivida pelos escravos, nasceram os quilombos, sendo analisados como movimentos de protesto dos escravos. Tendo como finalidade a sua libertação, organizados e dirigidos pelos próprios escravos.

Para Moura (1992), o movimento da quilombagem foi de extrema importância para a ruína expressiva do modelo escravista, prejudicando assim, as bases econômicas, sociais e militares, resultando no declínio desse tipo de opressão, embora fosse substituído pelo trabalho livre assalariado com base na mão de obra imigrante, incentivado pelas elites dominantes. Para Moura:

(...) os negros vieram de várias partes da África, os negros escravos trouxeram as suas diversas matrizes culturais que aqui sobreviveram e serviram como patamares de resistência social ao regime que os oprimia e queria transformá-los apenas em máquinas de trabalho. Em todas as áreas

de trabalho os africanos incorporavam os seus modos de vida – a sua religião, indumentária, cozinha, música, sistemas de regadio e plantação e outras manifestações sociais – àqueles habitantes mais antigos do nosso território, índios e portugueses. (MOURA, 1992, p. 33).

Os negros escravizados ou não, sempre estiveram presentes na política do Brasil, principalmente com movimentos relacionados às lutas sociais. Um exemplo disso foi a revolta dos alfaiates, também conhecida como Conjuração Baiana. Significou uma revolta social, de caráter popular, ocorrida na Bahia, em 1798. Teve uma importante influência, os ideais da Revolução Francesa. Além de ser emancipacionista, defendeu importantes mudanças sociais e políticas na sociedade.

A causa de insatisfação era muito grande. A Capitania da Bahia era governada pelo então governador D. Fernando José de Portugal e Castro. Essa capitania tinha um grande descontentamento e muitas queixas a respeito do governo, pois de acordo com os populares, o estado aumentava os preços das mercadorias essenciais, o que causava grande revolta entre os populares. Muitas vezes, os revoltosos chegaram a arrombar açougues, mercados, vendas etc.

Os escravizados eram tratados como mercadorias, sem valor humano, tendo tratamento pior do que o de um animal, e tudo isso sem proteção do Estado ou qualquer poder soberano, conforme nos conta Moura:

[...] o negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pela Ordenação do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. (MOURA, 1992, p.15-16).

Em situações bem degradantes, em seu trabalho, eram explorados com jornadas de quatorze a dezesseis horas, e sempre sob forte fiscalização, aos quais não permitiam distrações, e quando eram considerados preguiçosos ou insubordinados eram castigados de diversas formas aviltantes.

Após 1850, com a proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra, o número de escravos estava decrescendo e a taxa de natalidade não cobria a de mortalidade. Isso causava prejuízo aos senhores de engenho, sem falar na quilombagem, que era um mecanismo de resistência que os negros utilizavam. Assim, devido às perdas, à quilombagem e à manutenção de aparelhos repressivos, criaram-se leis

de proteção ao escravo, porém, não pensando na pessoa humana, mas no lucro dos próprios senhores. Leis como a do sexagenário<sup>2</sup>, do ventre livre<sup>3</sup>, entre outras.

Os negros nunca aceitaram essa condição de escravidão e tentaram de várias maneiras saírem dela, uma das formas utilizadas foi a quilombagem, que segundo Moura, seria um:

Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis-econômicos, social e militar influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre. (MOURA, 1992, p. 23).

Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, e a nova economia do café que surgia, o negro começava a ser mais valorizado, não por preocupação do ser humano, mas por proteção do capital investido, assim surgem as Leis protetoras.

Em consequência, o capital investido no negro devia ser protegido, surgem as primeiras lei *protetoras*. Se antes, conforme já vimos as leis contra o escravo eram quase todas despóticas e terroristas, nesta fase de escravidão ele passa a ser *protegido*. A Lei do Sexagenário, a do Ventre-Livre, a extinção da pena de açoite, a proibição de se venderem para senhores diferentes membros da mesma família escrava e outras são mecanismos que protegem mais a propriedade do senhor do que a pessoa do negro escravo. (MOURA, 1992, p. 56-57).

Sendo assim, por tudo o que foi exposto, o processo de escravidão do povo de obra africana pode ser considerado como um dos maiores desastres da história humana. Pessoas serem tratadas (por outras pessoas) como inferiores, animais, tendo como causa, pura e simplesmente sua cor, suas culturas, e por necessidades que nada tinham culpa. Pois, que culpa ou responsabilidade tinha o pai ou a mãe de família africana em relação à ganância dos nobres brasileiros da época? Podemos dizer que é a mesma culpa que tem hoje o afrodescendente que sofre com o

---

<sup>2</sup> A Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, foi promulgada em 28 de setembro de 1885. Essa lei concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. A lei beneficiou poucos escravos, pois eram raros os que atingiam esta idade, devido à vida sofrida que levavam. Os que chegavam aos 60 anos de idade já não tinham mais condições de trabalho. Portanto, era uma lei que acabava por beneficiar mais os proprietários, pois podiam libertar os escravos pouco produtivos.

<sup>3</sup> A Lei do Ventre Livre, também conhecida como “Lei Rio Branco” foi uma lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871 (assinada pela Princesa Isabel). Esta lei considerava livre todos os filhos de mulher escravas nascidos a partir da data da lei. Como seus pais continuariam escravos (a abolição total da escravidão só ocorreu em 1888 com a Lei Áurea), a lei estabelecia duas possibilidades para as crianças que nasciam livres. Poderiam ficar aos cuidados dos senhores até os 21 anos de idade ou entregues ao governo. O primeiro caso foi o mais comum e beneficiaria os senhores que poderiam usar a mão-de-obra destes “livres” até os 21 anos de idade.

preconceito racial enraizado em quase todas as classes sociais brasileiras, nenhuma!

### **3 DO RACISMO CAMUFLADO AO RACISMO INSTITUCIONAL: O ENFRENTAMENTO POR AÇÕES AFIRMATIVAS**

Segundo Carneiro (1996), existe uma visão difundida por Gilberto Freire, de que o Brasil é uma democracia racial e que as questões raciais estão associadas somente ao período da escravidão. O que se deixa de mencionar é que as questões relacionadas ao racismo, oriundo do período escravocrata, perduram até os dias atuais, entranhado na sociedade atual como Carneiro (1996), o chama: racismo camuflado, disfarçado de democracia racial. Uma vez que se sabe, que o Brasil da democracia racial não existe, o que realmente existe é uma situação de marginalização vivida por negros e indígenas.

Carneiro (1996) escreve que o racismo camuflado é mais difícil de combater, pois não se sabe de onde ele vem, podendo se manifestar nos regimes autoritários e nos democráticos. O preconceito racial não acabou e não é coisa do passado como se comenta. Podemos então fazer uma análise da trajetória do Brasil Colonial aos dias atuais para termos uma ideia do quanto os negros da África contribuíram com a economia brasileira, como também com nossa população, mas que não foram valorizados pelo que fizeram. Isto ainda traz alguns prejuízos para o convívio em nossa sociedade com a manifestação de ações discriminatórias e até mesmo racistas. Esses termos (discriminação, preconceito e racismo) possuem significados diferentes, porém relacionados.

Discriminação racial que se refere ao tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicas. Por exemplo, impedir uma pessoa de assumir um emprego por não ser branca é um ato de discriminação. Preconceito define-se um conceito ou opinião formada antecipadamente, sem conhecimento dos fatos. É uma idéia preconcebida e desfavorável a um grupo racial, étnico, religioso ou social. Implicam aversão e ódio irracional contra outras raças, crenças, religiões, etc. Já o Racismo vai além da discriminação ou preconceito racial, é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores a outras [...]. (CARNEIRO, 1996, p. 6).

Ainda segundo a autora, as principais noções teóricas do racismo moderno derivam das ideias desenvolvidas por Joseph Arthur de Gobineau. Joseph Arthur de Gobineau sem sucesso após tentativas de ser romancista e escultor conseguiu reconhecimento após escrever o livro “Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas”, publicado no ano de 1855. Esta obra é considerada um dos estudos

pioneiros sobre temas como racismo e eugenia com publicação no século XIX. De acordo com ele, a miscigenação seria um processo que estaria levando a humanidade a graus sempre mais altos de degeneração intelectual e física. Uma de suas frases mais famosas é: “Não creio que viemos dos macacos, mas creio que vamos nessa direção”.

O racismo deforma o sentido científico do conceito de raça, utilizando-o para caracterizar diferenças religiosas, linguísticas e culturais. As teorias de hoje, herdaram do período colonial, ideias repletas de preconceitos. No Brasil Colonial, por exemplo, negros e indígenas só exerciam profissões relegadas a segundo plano e que fossem degradantes para o homem branco. Hoje, a situação está relativamente igual, pois mesmo reconhecendo que houve mudanças nas relações sociais de trabalho, ainda assim é difícil vermos um negro em posição de destaque no mercado de trabalho nacional, ou mesmo ocupante de cargo público em posição de relevância.

Mesmo quando vemos, não passa de uma exceção, pois para a sociedade capitalista instaurada no país desde a colônia, negros são criados e instruídos para serem mão de obra barata e fácil de ser alienada pelos governantes e empresários. A situação de discriminação sofrida pela sociedade brasileira de cor negra ainda é grande, mesmo após cinco séculos, esta é a realidade que se encontra.

Para a problemática do combate ao racismo camuflado, por não sabermos de onde ele vem, um bom começo é intensificar o entendimento e o ensino sobre a cultura africana e afro-brasileira no Brasil, dentro das escolas.

E, a partir daí, refletir junto com as crianças e jovens de hoje a igualdade de todas as etnias, e raças. Mostrar de forma prática e objetiva que os preconceitos coloniais passados de geração em geração, não passam de ignorância e ranços repassados entre famílias dominantes para garantir sua dominação e seus privilégios. Segundo Carneiro:

Dessa forma, persistem os mitos, que alimentam falsas realidades. Muitos necessitam deles para conseguir enfrentar o cotidiano, a fome, a miséria, o caos político. Mas alguns desses mitos agem negativamente, favorecendo determinados grupos sociais, em prejuízo de outros. O Brasil da democracia racial, ou do brasileiro homem cordial não existe. Senão, como explicar a situação marginal em que vivem os negros, mulatos e indígenas? [...] Através do estudo dos mitos que persistiram em nosso passado, tentaremos explicar esse Brasil imaginado, caracterizado pela democracia racial, e o Brasil real, racista e antisemita por tradição. (CARNEIRO, 1996, p. 7-8.)

Somos uma grande nação mestiça e os direitos devem ser igualitários a todo ser humano independente de cor, raça ou religião.

O ambiente escolar é um dos melhores condutores para estas “novas ideias” serem desenvolvidas, mas, sabe-se que, para isso, uma grande mudança é necessária até para os próprios professores que deveriam ser o bom exemplo e, às vezes, não o são. Uma dura realidade que o profissional do ensino, tem que reconhecer.

Percebem-se, ainda, no final do Período Imperial, e da proximidade com a abolição iniciativas voltadas para a educação de adultos através de cursos noturnos criados pelo decreto 7.031 de 06 de setembro de 1878. A partir da reforma do ensino primário e secundário, ficou instituída a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos, passando os escravos a terem direito de frequentar as escolas públicas. Porém, tal reforma não foi abrangente, atingindo apenas algumas províncias, onde os cursos eram dirigidos por abolicionistas e republicanos, sendo que várias províncias sequer admitiam a hipótese de aceitar alunos negros escravos ou mesmo negros livres e libertos.

No ideário de luta dos negros brasileiros a educação sempre ocupou lugar de destaque: ora vista como estratégia capaz de lutar por equiparação dos negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora, como veículo de ascensão social e, por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito a diferença e respeito humano.

Estas são algumas das mais importantes conquistas que, pelo que vemos nos dias de hoje, os negros, em sua maioria ainda não possuem. Uma realidade que não pode ser considerada como impossível de se alcançar, pois, com a luta, a reivindicação organizada do movimento negro, o trabalho a perseverança de profissionais, o resultado positivo pode sim ser adquirido.

O negro brasileiro sofreu com grandes dificuldades, pois seu valor foi desconsiderado, devido às ideias racistas e nesta equação deve-se colocar ainda que com os imigrantes europeus vieram preconceitos que se juntaram aos nacionais e, de certa forma, ajudaram na situação de caos que se sucedeu.

Para se ter ideia de tais pensamentos racistas no início do século XX, até as penas, perante a justiça, eram diferentes entre brancos e negros, também poucos

foram os intelectuais brasileiros no começo do século XX, que condenaram as teorias racistas importadas da Europa. Obras como a de Nina Rodrigues e de Euclides da Cunha estão repletas de conceitos racistas e estereótipos. Euclides da Cunha, autor de “Os Sertões”, interpreta a história a partir do determinismo do meio e da raça, considera a mestiçagem prejudicial, focalizando os mestiços como retrógrados e raquíticos, incapazes de ajudar no progresso brasileiro. Defendia a segregação racial para que não houvesse novas fusões com os negros.

Esta ideologia de democracia racial veio complicar a situação do negro no Brasil, pois passa uma ideia de relacionamento pacífico entre as diversas etnias, deixando fora a discussão dos conflitos raciais. Essa teoria pouco tem influenciado na melhoria da condição dos negros. Serve apenas para camuflar os conflitos étnicos existentes no país, impedindo o segmento branco de refletir sobre seu próprio comportamento discriminatório.

O período do Estado Novo da era Vargas (1937-1945) aproximou-se da ideologia fascista e, sustentava que só são fortes os países de população forte. E, para alcançar tal situação, seria necessário o aperfeiçoamento do corpo e da raça. Nem precisa mencionar nesse contexto, que foi um período turbulento para os negros brasileiros.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, a nova constituição brasileira, na perspectiva de mudanças, proibiu a discriminação racial. No entanto, apesar de positiva tentativa, o preconceito racial continuava a fazer suas vítimas.

Embora a coibição de manifestações de racismo seja importante, ela não basta para transformar ideologias arraigadas no imaginário da população brasileira. Por isso, muitos estudiosos têm apontado para a necessidade de se dar maior atenção ao processo educativo que se desenvolve em várias instâncias da convivência humana. É nessas instituições que se concretizam as falsas concepções a respeito do negro, que são também, internalizadas pelo próprio grupo étnico em questão, o que dificulta a construção de uma identidade positiva, capaz de combater as concepções negativas criadas pelo grupo branco dominante.

Esses dados chamam a atenção para a necessidade que a sociedade e o sistema educacional reconhecerem a questão da desigualdade racial, procurando acabar com o ritual pedagógico que exclui a história de luta dos negros, impondo um ideal de egocentrismo branco ao mesmo tempo em que folcloriza a cultura negra.



É necessária a expansão das políticas públicas educacionais, das ações afirmativas que possam reparar as desigualdades entre brancos e negros no Brasil. A política de criação de cotas é uma das alternativas encontrada pelas entidades negras para reparar as enormes diferenças socioeconômicas existentes entre brancos e afrodescendentes. Porém, somente a criação de cotas não resolve o problema. É preciso uma política que assegure a preparação da comunidade negra, pois sem isso a situação desses jovens que entram na universidade ou no mercado de trabalho pode ficar ainda pior, devido o racismo institucional.

Racismo institucional é um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste último.

Portanto, a escola tem pela frente diversos desafios para que possa lidar com a discriminação racial. O primeiro é encontrar mecanismos de combate ao preconceito e discriminações raciais na família e na escola, incluindo aí, o racismo institucional segundo, elaborar propostas curriculares e educacionais para o enfrentamento das questões raciais a partir da pré- escola; terceira, a necessidade de se elaborar novas propostas e, material didático para enfrentar o problema e quarto, exigir a formação de uma identidade negra que se reconstrua na relação com todos os povos e raças e no reconhecimento das diferenças.

#### **4 POR UMA OUTRA HISTÓRIA DA ÁFRICA: A CONTRIBUIÇÃO DE KABENGELE MUNANGA**

Ao se estudar a obra de Kabengele Munanga (professor Congolês do Departamento de antropologia da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da universidade de São Paulo), cujo título é: “Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: Histórias, Línguas, Culturas e civilizações”, nota-se o quanto essa obra é importante para o ensino brasileiro.

A aprovação da Lei nº 10.639/2003 completada pela Lei 11.645/2008, pelo então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, tornou obrigatório nas grades curriculares da educação básica, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Em todas as escolas públicas e privadas do ensino fundamental, até o ensino médio, houve uma grande demanda por títulos (livros) que pudessem ajudar os profissionais de ensino a sistematizar o estudo em relação ao continente africano. Antes da Lei, era raro encontrar as obras relacionadas à história da África e da cultura afro-brasileira.

Esta lei 10.639 surgiu para desmistificar a ideia de que, ao se falar de história africana, se está falando somente de escravidão. Surgiu para mostrar que assim como todos os povos, os africanos têm sua própria história. Fica também evidente a diferença na cultura, na linguagem e na história do Brasil após a chegada dos africanos no país.

A ideia que a escola vem transmitindo, é a de que o continente africano não tinha “civilização”, pois eram povos que viviam de forma totalmente contrária aos modos europeus “civilizados”, também não tinham tecnologias, não possuíam embarcações grandiosas, nem técnicas agrárias desenvolvidas, muito menos armamentos sofisticados, ou seja, era um continente implicitamente sujeito a invasão e à colonização. Suas culturas eram consideradas pagãs, enfim, a única coisa que se tinha a aproveitar ou explorar era a mão de obra, e, diga-se de passagem, foi explorada amplamente pelos colonizadores.

Até hoje, na maioria das imagens atuais sobre a África, raramente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e ainda menos as de uma cidade moderna africana construída pelo ex-colonizador. As imagens geralmente exibidas mostram uma África dividida e reduzida, enfocando sempre os aspectos negativos, como atraso, selva,

fome, calamidades naturais doenças endêmicas, AIDS, Guerras, Misérias e Pobreza. (MUNANGA, 2009, p. 11.)

Desmistificar a imagem de uma África “nua” de organização, de hierarquia e de inteligência, é dever também da escola, mas não somente. Porém, a essência dos materiais didáticos encontrados, na grande maioria das instituições de ensino, ainda reproduzem uma imagem rústica dos povos e civilizações africanas. Contudo, essa é uma realidade que tende a mudar, principalmente depois da aprovação da Lei nº 10.639/2003 completada pela Lei 11.645/2008 e demais legislações étnico-raciais tal como a Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, do Estatuto da Igualdade Racial (SEPPIR), que consta no artigo 1º destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O autor analisa ainda em sua obra as divisões geopolíticas do continente africano exemplificando através de mapas, diversos momentos históricos. Analisa a diversidade étnica, linguística e cultural encontrada dentro do continente, dando grande ênfase a “africanidade”, ou seja, traços culturais e de personalidades só encontrados no continente.

Geralmente, os escravizados no Brasil, apresentavam uma prática cultural diferenciada em alguns aspectos, devido à região que pertenciam, pois a África caracteriza-se por um continente dividido em países com línguas e culturas diversas.

A África é um imenso continente de 30 milhões de quilômetros quadrados de superfície, que abriga diversas civilizações, milhares de etnias e culturas distintas. Possui uma população de cerca de 600 milhões de habitantes distribuídos entre centenas de povos que falam diversas línguas ao mesmo tempo. Algumas imagens foram agregadas ao trabalho com o intuito de ilustrar o que está sendo apresentado.

Imagem 01- Capoeira como manifesto cultural afro-brasileira



Fonte: Agência Brasileira 2014.

**Capoeira-** dança desenvolvida pelos escravos trazidos da África ao Brasil. Eles treinavam em forma de dança, para seus patrões não perceberem que eles estavam treinando. A capoeira envolve dança, luta e música, dentre alguns instrumentos, está o berimbau.

A história da capoeira começa no século XVI, na época em que o Brasil era colônia de Portugal. A mão-de-obra escrava africana foi muito utilizada no Brasil, principalmente nos engenhos (fazendas produtoras de açúcar) do nordeste brasileiro.

Os senhores de engenho proibiam os escravos de praticar qualquer tipo de luta. Logo, os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta.

Surgia assim a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança. Foi um instrumento importante da resistência cultural e física dos escravos brasileiros.

Imagem 2- Candomblé um culto de origem africana



Fonte: <https://influencianegranobrasil.wordpress.com/religião/>

**Candomblé** é um culto ou religião de origem africana que foi trazida para o Brasil pelos escravos. Alguns historiadores indicam que o candomblé foi trazido por escravos oriundos de países atualmente conhecidos como Nigéria e República do Benim.

Os seguidores do candomblé prestam cultos e adoram os orixás, que são deuses ou divindades africanas que representam as forças da Natureza.

Imagem 3- Culinária Afro-brasileira



Fonte: Pinterest.

Os negros africanos deram uma importante contribuição para a culinária brasileira. Eles introduziram ingredientes diferentes como leite de coco-da-baía, o azeite de dendê, a pimenta malagueta.

Com eles descobrimos o feijão preto, aprendemos a fazer acarajé, vatapá, caruru, mungunzá, angu, pamonha e muito mais. Os portugueses traziam da Europa os ingredientes para fazerem suas comidas. A comida reservada para os escravos eram poucas e eles se alimentavam dos restos que sobravam dos senhores.

Mas, com criatividade, faziam comidas gostosas. Enquanto as melhores carnes iam para a mesa dos senhores, os escravos ficavam com as sobras. Pés, orelhas, carne seca, rabos, costelinhas e outras partes do porco, misturadas ao feijão preto, deram origem à nossa tradicional feijoada.

De acordo com as imagens acima citadas, percebemos que a cultura afro-brasileira é por essência diversa e ao mesmo tempo magnífica. Podemos analisar também, que essas manifestações culturais afrodescendentes (não somente as descritas nas imagens) transmitem Brasil a fora, de forma clara e objetiva, que grande parte das características do povo brasileiro reconhecidas mundialmente são heranças oriundas da mãe África. Como a capacidade de se reinventar, a engenhosidade, e a perseverança, todas estas qualidades podem ser vistas nas imagens acima.

Imagem 4- Divisões territoriais (naturais)



Fonte: Bird Tours, David Bishop 2015.

Imagem 5: Países Africanos.



Fonte: Blogue pitoresco a arte dos grandes mestres.

Como percebemos na imagem 04 o deserto do Saara se destaca no relevo continental (2009) e Segundo Munanga geograficamente, o deserto do Saara do Norte criou uma divisão natural do continente em duas partes desiguais em extensão territorial: África do norte e África subsaariana. África do norte também conhecida ora como África branca ora como África árabe. África subsaariana geralmente conhecida por África negra, pois a maioria da sua população é negroide.

Já na imagem 05 podemos analisar os países que constituem o continente e suas delimitações.

Munanga se refere à África como o berço da humanidade, e produtora de sociedades complexas na antiguidade, como a egípcia e a cuxita e, posteriormente de impérios, como Gana e Mali. Esta ideia é bastante difundida e defendida por inúmeras pesquisas arqueológicas.

Conceitos racistas como estes são claramente uma reflexão preconceituosa, porém, não são difíceis de serem encontrados, pois as próprias escolas contribuem para que essa imagem preconceituosa, da África e dos africanos colidindo com surgimento da humanidade, se forme de maneira equivocada.

A África, tanto quanto moderna, é um mundo variado e diverso. Em sua complexa realidade social, a África é composta de sociedade em que cada uma tem sua individualidade cultural e se expressa por nomes próprios. Na África, existe distancias entre os lugares e as maneiras de viver; existe diferenças entre o pastor e o agricultor; entre o governante e os governados súditos. (MUNANGA, 2009, p. 29).

Portanto, é de se abismar o número de culturas que foram aniquiladas, línguas que se extinguíram, sociedades e famílias totalmente dizimadas com o tráfico de pessoas. E todo esse processo desenvolvido, pode ser analisado simplesmente a partir da ganância e da crueldade de povos que se autodesignavam superiores, isso é, o que pode ser sintetizado do tráfico negreiro do período colonial. Indivíduos que por ambição e egoísmo, tratavam seus semelhantes com perversidade e crueldade tamanhas que poucas vezes foram registradas atitudes semelhantes na história da humanidade.

O tráfico negreiro é considerado por sua amplitude e duração uma das maiores tragédias da história da humanidade. Durante séculos, milhões de homens e mulheres foram arrancados da África subsaariana (abaixo da linha do Deserto do Saara) – de suas raízes – e deportados para três continentes: Ásia, Europa e América, por meio de três rotas: a rota oriental (pelo Oceano Índico e Mar Vermelho), a rota transaariana (pelo Deserto do Saara) e a rota transatlântica (pelo Oceano Atlântico). (MUNANGA, 2009, p. 80).

Toda a reflexão que Munanga traz, serve para fundamentar suas explicações em torno das contribuições trazidas pelos africanos que povoaram o Brasil. Formando assim a cultura Afro-Brasileira e essa influência africana no processo de formação da cultura afro-brasileira começou a ser delineada a partir do tráfico negreiro.

Contudo, a contribuição africana no período colonial foi muito além do campo econômico, uma vez que os escravos souberam reviver suas culturas de origem e recriaram novas práticas culturais através do contato com outras culturas.

Tendo como base o processo de formação cultural brasileiro, os africanos tiveram um papel de suma importância nesse contexto. Pois através da inserção de suas práticas e seus costumes à cultura dita como brasileira se alavancou, transformando-se na cultura afro-brasileira como conhecemos nos dias atuais. Porém, além deste aspecto positivo para a cultura nacional, não há como negar que o tráfico negreiro foi responsável pela morte de dezenas de milhões de africanos, causadas por todos os maus tratos que sofriam desde a captura, como escreveu Munanga.

Houve cinco etapas terríveis que marcavam o tráfico: 1) captura dos nativos no interior da África; 2) transferência para os portos na costa africana; 3) armazenamento nesses portos, onde os negros aguardavam a chegada dos navios negreiros; 4) transporte para outros países nos navios tumbeiros; e



5) armazenamento dos portos de desembarque, onde eram recuperados para serem vendidos. (MUNANGA, 2009, p. 81).

Segundo Munanga, em todas essas etapas, o número de africanos mortos era muito alto, por volta de 50% do total de capturados. A literatura árabe do século IX informa sobre os movimentos do tráfico negreiro em direção ao Norte e ao Leste – pelo Mar Vermelho e Oceano Índico em direção à Arábia e ao Iraque. O tráfico negreiro e a escravidão de africanos nos países árabes continuaram até o século XIX. Mas, enfatiza o autor, o que deve estar em questionamento crítico não são os homens ou os continentes ou países que se envolveram com o tráfico, mas o sistema escravista e o tráfico que o alimentava, o qual hoje é considerado uma das maiores tragédias da humanidade.

Analisar o campo de pesquisa como um todo, desde as especificações físicas e culturais da população, até as características geográficas do continente, contribui imensamente para que consigamos entender a obra de Munanga. Pois são fatores primordiais que se conhecidos por todos, poderiam evitar inúmeros desrespeitos aos afrodescendentes, e cabe aos educadores, procurar formas objetivas e mesmo assim contundentes de sanar reproduções preconceituosas enraizadas em movimentos racistas datados dos tempos Colonial (1500-1822), Imperial (1822-1889) e do início de nova República (1889 aos dias atuais).

## **5 A HISTÓRIA DO CONTINENTE AFRICANO COMO CONTEÚDO CURRICULAR: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTÔNIO UCHOA VIANA**

O objetivo do trabalho surgiu a partir do momento em que tive como experiência a disciplina de Educação e Cultura Afrobrasileira na Universidade Federal do Tocantins, no campus de Miracema-TO, e a partir dessa escolha optamos desenvolver uma investigação após um período de estágio que tive como experiência na Escola Municipal de Tempo Integral Antônio Uchoa Viana, procurando compreender a importância da educação escolar brasileira desenvolvendo um ensino que considere temáticas relativas à História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, especialmente na primeira fase do ensino fundamental, e esse é, justamente, o objetivo da Lei 10.639/03, complementada pela Lei 11.645/08 incluindo a questão indígena.

Partindo da obra de Kabengele Munanga, verifica-se que os conteúdos étnicos e raciais dos livros didáticos da Escola Municipal de Tempo Integral Antônio Uchoa Viana, no que se refere à construção da identidade do negro, tendo como marco legal as leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Contudo, no que se refere às imagens encontradas nos cinco livros didáticos, sendo eles: dois de quarto ano, um do primeiro e outro do segundo, verifica-se que a maioria está voltada para a imagem do branco, a abordagem do continente africano permanece na superficialidade das informações, em vez do conjunto, tanto os livros quanto as ações pedagógicas da escola não vem se pautando pelas orientações de uma abordagem curricular de característica étnico-racial.

Com essa verificação observamos que há uma distância muito grande entre a instituição de ensino e as duas leis de promoção da igualdade étnico-racial, em relação à prática pedagógica dos anos iniciais realizada na escola. Refletindo sobre o que está sendo ensinado no ensino dos anos iniciais a respeito da África e dos afro-brasileiros, indagamos neste estudo, como o negro vem se identificando com as imagens e conteúdos dos livros didáticos e como isso reflete em sua autoestima ou se isso reforça preconceitos.

Nas escolas deveriam ser trabalhados temas relacionados à africanidade, como exemplifica o livro de Kabengele Munanga: *Origens Africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações*, (2009) pelo menos nas

principais disciplinas como foi encontrado na escola como: Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia. Portanto, procuramos exemplificar propostas que poderiam ajudar neste processo de inserção da africanidade em disciplinas presentes na educação básica brasileira.

### **a) No estudo do português - A literatura africana**

Prosseguindo nessa lógica, um bom aspecto que poderia ser trabalhado na disciplina de português, seria a Literatura Africana. O intuito da abordagem da literatura Africana nos anos iniciais do ensino fundamental é mediar um conhecimento literário com uma nova visão, diferenciada da ótica do colonizador. Tendo como ideia o trabalho com africanidade através dos contos e poemas africanos em sala de aula, sendo aí uma oportunidade que a literatura dará aos alunos brancos e negros da escola pública de adentrarem em histórias contadas por escritores africanos. O professor deve ter o texto literário como protagonista no ato de interação, a literatura não pode ficar em segundo lugar em relação ao contexto de produção do texto, contudo o texto literário em sala de aula deve ser trabalhado em sua essência. De acordo com Munanga:

Estamos todos acostumados a escutar e a ler, até nos textos eruditos, os conceitos de cultura, civilização e africanidade no singular. Cultura africana civilização africana, e africanidade, no seu emprego singular, remetem sem dúvida a certa unidade, a uma África única. Mas diante da extraordinária diversidade e complexidade cultural africana como é possível conceber certa unidade?. (MUNANGA, 2009, p. 29).

Sendo assim, o ensino das literaturas africanas nas escolas daria oportunidade aos estudantes de terem um conhecimento não só da luta de resistência do povo negro, mas também de escritos realizados de várias situações envolvendo um escritor africano e/ou personagens africanos.

### **b) No estudo da Matemática- Antigas Civilizações**

Já em relação ao estudo da matemática, pode-se tentar trabalhar sobre as Antigas Civilizações da África, pois a matemática que conhecemos, aprendemos e ensinamos na escola, veio da antiga Europa. Porém, quando vamos estudá-la a fundo, suas origens estão estritamente enraizadas com as Antigas Civilizações

Africanas, exemplo disso são as suntuosas construções egípcias como as pirâmides, que possuem cálculos até hoje estudados e admirados por inúmeros pesquisadores. O problema, segundo Munanga é que a ciência cartesiana, acompanhando o impulso expansionista e colonialista europeu se impôs como verdade, esmagando os saberes diversos dos outros povos.

Existe uma matemática que começa e termina no papel, afogadas nos cálculos que só se preocupa na preparação para o mercado de trabalho, esquecendo sobre o conhecimento da antiga história da matemática ligado ao mundo egípcio. Para início de conversa, basta lembrar que os primeiros matemáticos como Tales de Mileto e Pitágoras, desenvolveram suas teorias e contribuições depois de longas viagens à região da Babilônia, Ásia menor (Turquia) e norte da África, principalmente o Egito, grande ponto de encontro entre a Europa, à África e a Ásia. Ali, se impressionaram com as pirâmides, a avançada tecnologia agrônômica, a biblioteca de Alexandria e os aprofundados estudos de Astronomia, Geometria, Trigonometria, Filosofia etc.

A matemática, portanto, está na vida. E é curioso quando vemos professores das áreas de exatas se escondendo da responsabilidade de aplicar as Leis 10.639 e 11.645, que são muito claras em determinar que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar. Afirmam que a África não tem nada a ver com a matemática. Estão aí explícitas as razões de se trabalhar os conteúdos de matemática em sala de aula levando em consideração as Antigas Civilizações Africanas.

### **c) No estudo da História- Sociedade Ocidental**

Referente à disciplina de História, uma boa forma de tentar desalienar a visão preconceituosa em relação ao negro africano, seria tentar trabalhar a origem negra na civilização egípcia. Que, por se tratar de uma das civilizações mais importantes historicamente, comumente as imagens encontradas nos materiais didáticos referem-se a este povo como sendo em sua grande maioria constituído de indivíduos brancos. Devemos extirpar de nós esta noção de que as sociedades representam uma hierarquia primitiva civilizada que a sociedade ocidental se apresenta como modelo único e final do desenvolvimento, devendo ser imitada.

Não existe uma escala em que um povo seja melhor que outro. Todos somos diferentes, e entender essa diferença é o que nos torna melhores seres humanos e principalmente, aprender com o passado e negar o etnocentrismo<sup>4</sup> como visão do mundo. Negar o etnocentrismo é valorizar a história da África como um todo, negar o etnocentrismo é combater o racismo.

Os professores poderiam trabalhar atividades lúdicas e divertidas incluindo temáticas sobre o antigo Egito, os seus relatos acerca das atividades são muito interessantes e podem servir como inspiração a outros professores, inclusive para escolas em todo o Brasil. Sendo essas atividades onde os alunos vivenciem fatos históricos caracterizando-se de acordo com os personagens.

#### **d) No estudo na geografia- Compreensões da aplicabilidade da lei nº 10.639/03 com mapas políticos do continente africano**

Na geografia, a divisão dos continentes é de suma importância, para a formação espaço territorial dos indivíduos como um todo, e desde os anos iniciais da educação é de suma importância para o entendimento de diversos fatores. Não observar esta questão pode acarretar a alienação, atitudes preconceituosas presentes na conjuntura social atual, danosos para a sociedade.

O objetivo seria que os professores então contribuíssem com a Lei Nº10639/03 sendo implementada no que tange o ensino de Geografia da África nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental. A escola tem um papel importante para que se configure em um ambiente fundamental para a superação do racismo, sendo a geografia e o espaço escolar como um todo responsável por boa parte da formação do indivíduo.

Os professores têm a responsabilidade de assumir seu papel de educador, contribuindo para a implementação efetiva da Lei 10.639/03 e possibilitando, com isso, o desenvolvimento de práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula e da escola. Para isso é fundamental que o professor saiba mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, supere opiniões preconceituosas sobre os negros e articule atividades de ações

---

<sup>4</sup> Etnocentrismo é um conceito da Antropologia definido como a visão demonstrada por alguém que considera o seu grupo étnico ou cultura o centro de tudo, portanto, num plano mais importante que as outras culturas e sociedades.

afirmativas voltadas para o negro usando imagens humanas, mapas e qual a maior ênfase nos continentes e suas contribuições sobre a África e como está sendo apresentado o continente.

Segundo Munanga (2009) a unidade do continente africano abriga geograficamente o referido ensino tendo como abordagem metodológica as dimensões históricas, sociais, culturais e políticas da realidade brasileira. A Geografia tem importância inquestionável no processo de entendimento e interpretação da sociedade e do mundo, e sendo pautada na ideia de aprendizado significativo proporciona ao educando a apropriação de subsídios fundamentais para conhecer e questionar as divisões e hierarquias da sociedade. Infelizmente a geografia que é ensinada sobre a África na escola está longe da realidade, pois é comum encontrarmos simplificações e generalizações errôneas para um continente tão vasto e de tantas diferenças culturais e espaciais.

### **5.1 Livros didáticos, planos de aula e Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Tempo Integral Antônio Uchôa Viana no Município de Miranorte - TO: uma aproximação étnico racial**

O presente levantamento foi realizado em uma escola da rede municipal do município de Miranorte-To. Foram levantados 05 (cinco) livros didáticos, três cadernos de planos de aula sendo eles de Geografia, História e Ciências e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Os dados foram organizados e analisados a partir do embasamento teórico estudado.

Os livros didáticos foram analisados a partir de algumas questões norteadoras tais como pinturas, gravuras e conteúdos em referência ao povo negro, às lutas de libertação, resgate das raízes africanas, diversidade, mão de obra africana, luta por liberdade etc. Neste contexto procuramos verificar se o livro didático apresentava referências sobre Zumbi dos Palmares, que foi um dos principais representantes da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial.

Tabela 1- Livros didáticos do 1º ano

Conteúdo	Títulos	Autores
Ciências	Projeto Buriti  Ciências Humanas e da Natureza	JOMAA, Lina Youssef, VASCONCELOS, Lucimara R. de Souza. BAKRI, Maissa Salah

Fonte: Quadro elaborado pela autora da monografia.

No livro Projeto Buriti - Ciências Humanas e da Natureza das autoras Lina Youssef, Lucimara Vasconcelos e Maissa Salah foram encontradas uma grande quantidade de conteúdos significativos que mencionam a vida e cultura africana e dos afro-brasileiros e indígenas, não em situação de escravidão, mas em condições dignas. Os mesmos em relacionamentos entre pessoas negras e brancas. Sendo bem representado nas produções literárias, o povo com “história”, o povo com “raízes”, saindo da ótica europeia, que deu ostentação a imagem de superioridade dos brancos e de seus feitos. O que faltou neste conteúdo de ciências com o título de projeto buriti foi à referência à história de luta dos negros e suas contribuições para a história do Brasil, como é citado no livro de Rosemeire Alves e Maria Eugênia.

No livro também verificamos que as pessoas são diferentes, e que devem ser respeitadas, trazendo aí imagens de um menino Saterê-Mawé tribos indígenas brasileiras, outra imagem de uma menina Nepalesa- Nepal, um menino Himba- Namíbia. Inclusive pode-se ver a cultura da capoeira sendo mostrada como rotina de atividades que as crianças devem fazer, sendo a capoeira uma arte brasileira, trazida pelos negros que vinham da África.

Dando continuidade, a análise do livro, vemos que o material possibilitou um conteúdo citando que todas as pessoas devem ser respeitadas e que, por isso, nenhuma criança pode sofrer discriminação por raça, religião, nacionalidade, cor, sexo, ou por sua condição social e que todas as crianças têm direito a alimentação, a moradia, a atendimento médico, a frequentar a escola, a brincar e a se divertir, e a crescer em um ambiente saudável e seguro.

A análise possibilitou ampliar a visão sobre o que acontece no processo educacional em relação ao repasse de recursos didáticos, quando se fala de conhecimento a respeito da cultura do outrem e de si próprio.

Tabela 2- Livros didáticos do 4º ano

Conteúdo	Títulos	Autores
História	Tocantins História e Sociedade	RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral. VALDEZ, Diane
História	A escola é Nossa	TAVARES, Rosemeire Aparecida Alves e CAVALCANTE, Maria Eugênia Bellusci.

Fonte: Quadro elaborado pela autora da monografia.

Para análise do 4º (quarto) ano, consideramos os livros da autora Miriam Bianca do Amaral Ribeiro e Diane Valdez, bastante importantes, pois carregam tamanha significância do ser negro na história do Brasil, criticando a maneira de pensar de muitos por ainda terem o pensamento colonizador europeu. Ressaltam o início da colonização, explicando como os portugueses, para resolver em seus problemas usavam a mão de obra escravizando os nativos.

Outro fato meritório foi quando as autoras destacaram que os portugueses resolveram trazer da África, os negros de diferentes países e transformaram o tráfico em uma atividade muito lucrativa.

Todos os africanos levados para o Brasil vieram pela rota transatlântica. Isso envolveu povos de três regiões geográficas: África ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres dos atuais Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benim, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné e Camarões; África centro-ocidental, envolvendo povos do Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo, e República Centro-africana e África austral, envolvendo povos de Moçambique, da África do Sul e da Namíbia. (MUNANGA 2009, p. 87).

Segundo Munanga, na literatura os textos escritos sobre o assunto, diz-se geralmente que os africanos escravizados no Brasil foram trazidos somente do litoral de Angola, do litoral de Moçambique e do Golfo do Benim, de onde embarcaram rumo ao Brasil, contudo o autor nos demonstra que os escravizados vieram de quase toda a África, do litoral ao interior do continente.

Outro aspecto importante, nos livros, porém incompleto, foi sobre a resistência, onde tanto os negros como os indígenas não aceitavam passivamente a condição de escravos. Foi citado na contemporaneidade, a comunidade



remanescente de quilombo Mumbuca, em Mateiros -TO, o cultivo da terra, a criação de animais, fabricação de artesanatos com palha, barro e madeira, porém não foi mencionado nos livros a luta pela liberdade do Quilombo dos Palmares, e seu líder: “Zumbi dos Palmares”.

Já no segundo livro das autoras, Rosemeire Aparecida Alves Tavares e Maria Eugênia Bellusci Cavalcante, mencionam em grande parte, da África para o Brasil imagens de negros (a) na condição de escravos. No livro também retratam que os africanos não vieram para o Brasil por vontade própria, que foram obrigados a trabalharem na condição de escravos, e que essas condições duraram por cerca de 350 anos, representando a principal mão de obra do nosso país. Sem contar que os povos africanos possuíam muitos conhecimentos e nos deram uma grande contribuição cultural.

O livro retrata também que os descendentes de africanos nascidos no Brasil são chamados de afro-brasileiros. Um fator importante, pois atualmente muitos afro-brasileiros têm resgatado as raízes africanas, utilizando trajes e penteados de origem africana e cada vez mais sentem, orgulho de sua origem. O resgate das raízes africanas é muito importante para todos os brasileiros, pois valoriza a grande diversidade cultural que existe no Brasil. Além disso, essa valorização contribuiu para acabar com o preconceito e a discriminação que, infelizmente, ainda existem em nossa sociedade.

Dando continuidade ao conteúdo do livro, não podemos deixar de mencionar sobre a África e sua diversidade, retratada de forma significativa e que causa interesse ao leitor, pois é importante que os alunos saibam que somos todos afrodescendentes. Seguindo no mesmo raciocínio, na época das grandes navegações, a África também já era habitada por povos diferentes entre si. Cada povo, ou reino, tinha sua própria língua, costumes e suas crenças.

Os diversos povos que habitavam o continente africano, muito antes da colonização feita pelos europeus, eram habilidosos em várias áreas: eles dominavam técnicas de agriculturas, mineração, ourivesaria e metalurgia; usavam sistemas matemáticos para organizar a contabilidade do comércio de mercadorias; e tinham conhecimentos de astronomia e de medicina. Entre as formas de organização social dos Reinos e Impérios.

Fala-se no livro também sobre a mão de obra africana que, por volta de 1550, à produção de açúcar no Brasil estava crescendo muito e, por isso, faltava mão de

obra. Os portugueses passaram então a escravizar africanos para trabalharem no Brasil, principalmente nas lavouras de cana e nos engenhos de açúcar. Mostra-se através de gravura representando o local onde os africanos aprisionados ficavam aguardando o momento de embarcarem para o Brasil como também a gravura representando a maneira como os africanos escravizados eram distribuídos e transportados nos tumbeiros e/ou navio negreiro.

Imagem 6- Navio negreiro e/ou Tumbeiro.



Fonte: Mundo Estranho.

Outro aspecto considerável foi à quantidade de informações da vida nos engenhos sobre os africanos, citam que eles dormiam geralmente no chão da senzala e recebiam somente a comida necessária para sobreviver, sendo que a jornada de trabalho durava cerca de 15 (quinze) horas por dia, desde a derrubada da mata, o plantio da cana, a limpeza dos canaviais, o corte, até o transporte e a moagem da cana. Nos engenhos havia também, os escravos domésticos, que trabalhavam na casa grande. Esses escravos eram responsáveis por todos os serviços da casa, como lavar, passar, cozinhar e também por tomar conta dos filhos dos senhores.

Nesse contexto, foi apresentado no livro, a luta dos africanos e de seus descendentes, assim como eles sempre reagiram à opressão e lutaram pela liberdade. Eles resistiam de várias formas, por exemplo, desobedecendo às ordens dos feitores, quebrando as ferramentas de trabalho e incendiando os canaviais, sendo assim, muitos escravos conseguiam escapar, se reuniam e formavam quilombos, povoações estabelecidas em lugares escondidos nas matas.

Uma das fontes históricas mais esperadas para esse trabalho se foi quando retratou sobre o maior quilombo que existiu no Brasil, que foi o de Zumbi dos Palmares, que ficava localizado entre os atuais estados de Alagoas e Pernambuco. Palmares resistiu durante quase cem anos e chegou a abrigar cerca de 20 mil pessoas, sem contar que se tornou o maior símbolo da luta dos africanos e de seus direitos. Zumbi foi morto em 20 de novembro de 1695, pois desde então, os descendentes de africanos vêm lutando contra a discriminação e em favor da igualdade de oportunidades. Atualmente ajuda no salto algumas conquistas, importantes, como a Lei aprovada na Constituição Federal de 1988, recentemente, que considera crime o racismo. Sendo que, apesar da resistência dos grupos escravizados, a escravidão no Brasil durou cerca de 350 anos, e só foi abolida em 13 de maio de 1888. Apesar da abolição ser comemorada no dia 13 de maio, no Brasil, muitos afro-brasileiros dão mais importância ao dia 20 de novembro, que é o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa data foi escolhida em homenagem a Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra pelos escravizados e da luta pela liberdade.

Em seguida, o livro escrito pelas autoras Rosimeire Alves e Maria Eugênia menciona a influência africana na cultura brasileira, sendo que os africanos e seus descendentes sempre mantiveram muitos dos pratos e costumes trazidos da África, como por exemplo: a canjica, o acarajé, o vatapá, e o angu. Além disso, existe a famosa feijoada, que acabou se tornando um dos principais símbolos da culinária brasileira. São culturas que, além de contribuírem para a saúde do corpo e da mente, ajudam a desenvolver em seus praticantes alguns valores, como o respeito e a solidariedade a exemplo: da **capoeira**, praticada pelos escravos nas senzalas, como na forma de resistência contra a escravidão. A **música** popular, sendo que a influência africana está presente em uma grande diversidade de ritmos brasileiros, como o samba, o maracatu e o frevo. **Instrumentos musicais** usados no Brasil sendo de origem africana, como o atabaque, a cuíca, o berimbau e o bongô, e os **trajes** inspirados nas tradições africanas.

Conteúdo	Títulos	Autora
Língua Portuguesa	Coleção Conhecer e Crescer	BURANELLO, Cristiane.

Fonte: Quadro elaborado pela autora da monografia.

Quando analisadas as imagens nos livros didáticos, encontramos apenas fragmentos do que seria a valorização dos afrodescendentes na sociedade de hoje. Essa representação dos negros em posição de igualdade com os outros negros, grupos formadores da sociedade brasileira é necessária, pois há que se considerar que no cotidiano não são oferecidas as mesmas oportunidades, embora os negros apareçam nos livros pesquisados retratando posições de vida dignas e não mais de escravidão.

No livro “Conhecer e Crescer”, da autora Cristiane Buranello não há muitas referências sobre o negro, foi encontrado apenas imagens bem restritas sem mencionar muita coisa o que o livro ressalta e a convivência com as diferenças, em nenhum momento menciona a história e muito menos sua luta pela liberdade dos negros(a).

Tabela 4- Livros didáticos do 2º ano

Conteúdo	Títulos	Autores
Bem-me-quer	Alfabetização Matemática	BORDEAUX, Ana Lúcia, RUBINSTEIN, Cléia, FRANÇA, Elizabeth, OGLIARI, Elizabeth, MIGUEL, Vânia.

Fonte: Quadro elaborado pela autora da monografia

O livro de Alfabetização Matemática com as autoras Ana Lúcia, Cléia Rubinsteins, Elizabeth França, Elizabeth Ogliari e Vânia Miguel não apresenta imagens figurativas sobre as contribuições na luta pela liberdade dos negros; não menciona no seu contexto conteúdos relevantes sobre a história da cultura da África e também da história da matemática nas civilizações do continente africano, como o Egito. O antigo Egito foi uma civilização da Antiguidade oriental, do Norte da África, concentrada ao longo do curso inferior do Rio Nilo, que corresponde ao que é hoje o país moderno do Egito.

O Antigo Egito manteve durante muito tempo de sua existência uma continuidade nas suas formas política, artística, literária e religiosa que podem ser

mencionadas como um legado africano em qualquer dessas áreas do conhecimento, mas isso não foi mencionado no livro didático.

Em todo caso seria viável que, os autores do livro fizessem uma menção das pirâmides do Egito ou até mesmo dos obeliscos e a esfinge de Quéfren, no Egito.

A análise realizada nos permite uma visão mais ampla, perceber que ainda há restrições quanto à história dos negros não só nos livros, mas também no projeto político pedagógico da escola. A ausência de conteúdos contendo a cultura dos negros fortaleceu processos de exclusão por parte dos autores, professores e toda a equipe pedagógica da escola.

De acordo com a análise, verificamos nos **livros Integrados** que em nenhuma hipótese apresentam-se textos sobre a África e sobre o Quilombo dos Palmares. Também foi verificado, imagens de comidas típicas, no entanto, de forma superficial, pois não enfatiza a importância e a origem desses alimentos advindos da cultura negra. Uma frase chamou muito atenção no Projeto Político Pedagógico (PPP), “valorizar a diversidade étnica cultural e racial oferecendo condições para transformação social capaz de promover mudanças partindo do conhecimento prévio do aluno”, como fazer sentido o uso dessa mensagem sendo que em nenhum momento no PPP, encontramos fatos e/ou planejamentos que dizem respeito à questão étnico racial?

## **5.2 Verificações dos planos de aula dos professores**

Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico define o caminho de uma escola, pois, conforme Celso Vasconcellos, (2002, p.47) “o projeto não pode ser uma camisa de força para a escola e para o professor. Deve dar a base de tranquilidade, as condições para administrar o cotidiano e, assim, inclusive, liberar espaço para a criatividade”.

Tal posicionamento possibilita uma relação significativa entre o conhecimento e a realidade, pois reconhece no aluno um sujeito social, político e cultural. Dessa forma, os conteúdos serão selecionados e desenvolvidos pressupondo-se a interação currículo/realidade, uma vez que exigirá, ao mesmo tempo, a atenção àquela realidade concreta (àquele agrupamento específico de alunos, a cada um individualmente em um dado contexto) e a clareza dos objetivos, conteúdos e

atividades que historicamente tem contribuído no desenvolvimento de outros sujeitos, naquela faixa etária.

Para que essa prática se efetue, é preciso “manter o currículo aberto, em movimento, vivo, como espaço de criatividade e de transformação” (VASCONCELLOS, 2002, p. 139). Nesse sentido, o currículo deve estar sustentado por uma metodologia que ultrapasse as aulas meramente expositivas, uma vez que, quem constrói o conhecimento é o sujeito (aluno), a partir da relação social, mediada pela realidade. Portanto, “o papel do professor na construção do conhecimento é provocar (colocar o pensamento do aluno em movimento); dispor objetos/elementos/situações e interagir com a representação do sujeito (acompanhar o percurso de construção)”. (VASCONCELLOS, 2002, p. 160).

Enquanto, para Veiga,

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...] Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995, p. 13).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) além de ser uma exigência legal, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel sócio educativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua proposta pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

A partir de então, houve a emersão fervorosa da discussão sobre a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas públicas. Na referida Lei, o PPP é citado como “proposta pedagógica” e “projeto pedagógico da escola”, nos artigos 12, 13 e 14 como se pode ver a seguir. Artigo 12- Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I) **Elaborar e executar sua proposta pedagógica.**

VII) Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Artigo 13- os docentes incumbir-se ao de:

- I) Participar da elaboração da proposta pedagógica;**
- II) Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;**
- III) Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;**

Artigo 14- Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios.

- I) Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;**
- II) Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.**

A principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. (VEIGA, 1995, p. 14).

A importância do PPP da escola deveria levar em conta o roteiro da sua comunidade escolar, a sua história e sua cultura, não só para garantir um itinerário formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

O viável seria que no PPP fosse incluso uma abordagem sobre a Educação dos Negros, refletindo sobre a necessidade dos estudos sobre os afro-brasileiros na historiografia da educação brasileira.

Percebe-se que as questões étnicas e raciais não são trabalhadas de forma significativa, no dia-a-dia dos alunos, uma questão relevante que pode ser também levada em conta é que para que isso venha acontecer é preciso que o livro didático apresente e reflita sobre essas questões, tendo em vista que os professores não foram formados para lidarem, com as relações étnico raciais, ou seja relações pedagógicas que envolvem a vida e a cultura dos negros africanos e afro-brasileiros, brancos, indígenas, asiáticos, e todos outros povos que formam a nação brasileira.

Tivemos dificuldades na realização da análise dos cadernos de plano de aula dos professores, pois os mesmos ficaram desconfiados quanto à sua verificação, pois eles entenderam como se fosse uma curiosidade nossa no trabalho que eles

desenvolvem em sala de aula e só tive acesso porque o diretor da Escola nos ajudou com o pedido. E mesmo com a explicação, que seria apenas uma pesquisa, a desconfiança ainda permaneceu por parte desses professores, sendo que não conseguimos terminar o trabalho pelo constrangimento da desconfiança.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver o presente estudo, nota-se o quanto é importante a maneira como o conteúdo é apresentado nos livros didáticos, e seu poder de influência no aprendizado e na construção da consciência étnica racial do aluno. Constatamos que não é satisfatória a valorização dada por parte da sociedade para a história de luta por liberdade e por justiça de movimentos dos escravos como a quilombagem, considerando isso, os autores dos livros poderiam retratar a história de vida dos mais importantes líderes do povo negro, como Zumbi dos Palmares, por exemplo, pois o material encontrado sobre ele é demasiadamente reduzido.

No que se refere ao PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola observamos não constar no projeto as datas comemorativas que a unidade escolar desenvolve com os pais, alunos e a comunidade. E a falta de ênfase nas relações étnicas raciais, no dia-a-dia dos alunos, no combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação racial. Essas ações também dependem do envolvimento da gestão administrativa que, na maioria das vezes deixa a desejar, principalmente quando se necessita de investimentos financeiros, pois segundo o gestor responsável pela escola, não há recursos disponíveis.

Todavia podemos frisar que a ausência de conteúdos étnicos raciais na formação desses professores, seja uma das responsáveis pela não inclusão dessas temáticas em seus planos. E mesmo após mais de uma década de existência da Lei que obriga as instituições de ensino a darem mais ênfase às questões étnicas raciais, parece causar incômodo aos profissionais e as instituições essa obrigatoriedade de discussões, porém, infelizmente isso não resulta numa consciência da problemática a ser enfrentada.

É importante salientar que durante muito tempo, mitos e preconceitos de todos os grupos esconderam a real história da África. E segundo Munanga (2009), em termos gerais, tem-se da África uma imagem muito simples e reducionista, ilustrada por expressões como “na África é tudo a mesma coisa; na África é tudo diferente”. Esqueceu-se de que se trata de um continente com 56 países; uma superfície de 300 milhões de quilômetros quadrados e uma população de cerca de 600 milhões de habitantes.

Concluimos que nós como cidadãos, deveríamos lutar para construir um mundo melhor é sem conceitos egoístas e enraizados em ideais fúteis e totalmente

errôneos, e como profissionais de educação, os professores (também as instituições de ensino) possuem papel primordial nesse processo de formação. Mas, infelizmente, acomodamo-nos ao pensar que sozinhos não chegamos a lugar algum. É importante, portanto, que cada um faça sua parte e que seja dado o primeiro passo, para que, conseqüentemente, os próximos sejam dados. E assim como Nelson Mandela conseguiu, podemos também nós, contribuir para a construção de um mundo melhor, sem desigualdades, sem preconceitos, em prol da paz.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Brasília. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2014/01/09/>. Acessado em 28/02/2018. (imagem do google).

ARTHUR de Gobineau. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/arthur-de-gobineau/>. Acessado em 28/03/2018.

BAKRI, Maíssa Salah; JOAMAA, Lina Youssef; VASCONCELOS, Lucimara Regina de Souza (orgs.). **Projeto Buriti: ciências humanas e da natureza: ensino fundamental: anos iniciais**. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela editora moderna. 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, Brasília: MEC, 2005. p. 21 – 37.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: < \_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BURANELLO, Cristiane. **Língua Portuguesa**, 4º ano. 2. ed. – São Paulo: Escalas Educacional, 2008. (Coleção conhecer e crescer).

CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1996.

CONJURAÇÃO Baiana. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/conjuracao-baiana/>. Acessado em 15/02/2017.

CURIOSIDADE sobre negreiro. Disponível em: <https://mundoestranho.abril.com.br/curiosidades-sobre/negreiro/>. Acessado em 03/04/2018. (imagem do google).

ETNIAS do povo brasileiro. Disponível em:  
<http://etniasdopovobrasileiro.blogspot.com.br/>. Acessado e 03/04/2018.  
<https://www.pinterest.com/pin/239042692701606981/>. Acessado em 03/04/2018.  
 (imagem do google).

ETNOMATEMÁTICA. Disponível em:  
<https://grupoafricanidade.wordpress.com/2014/04/01/afro-etnomatematica-isso-pode-ser-uma-coisa-bem-legal/>. Acessado em 19/02/2017.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. edição. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Origens Africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**, São Paulo: Global, 2009.

\_\_\_\_\_. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada.

RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral. **Tocantins história e sociedade**, 4º ano/Miriam Bianca do Amaral Ribeiro, Diane Valdez. – São Paulo: FTD, 2006.

SALES JR, Ronaldo. **Racismo Institucional**. Trabalho preliminar apresentado ao Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, FIG, 2011. Página 18.

TAVARES, Rosemeire Aparecida Alves e CAVALCANTE, Maria Eugênia Bellusci. **A escola é nossa: História 4º ano**/Rosemeire Aparecida Alves Tavares e Maria Eugênia Bellusci Cavalcante. – São Paulo: Scipione, 2001. – (Coleção a escola é nossa).

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002. Página 47, 139 e 160.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 13ª ed Campinas: Papirus, 1995. Página 13 e 14.

VELHO negro africano. Disponível em: <http://pit935.blogspot.com.br/2012/11/o-velho-negro-africano-e-importancia-da.html>. Acessado em 03/04/2018. (imagem do google).